



ACÓRDÃO Nº 779/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11276/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Carlos Alberto Cavalcante de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA-AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1803/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Carlos Alberto Cavalcante de Souza**, responsável pela **Junta Comercial do Estado do Amazonas** (JUCEA), exercício de 2016, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas 'b' e 'c' da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alíneas 'b' e 'c' da Resolução TCE nº 04/2002.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Carlos Alberto Cavalcante de Souza** no valor de **R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Esta multa é decorrente de graves infrações às normas legais e regulamentares, nos termos do art. 54, inciso II da Lei Orgânica c/c art. 308, inciso VI do Regimento Interno, ambos deste TCE/AM, pelas impropriedades abaixo relacionadas:
 - 10.2.1. Restrição 01 da DICA-AM, inerente à ausência de Controle Interno, violando o disposto no descumprindo o art. 45 da CE/89, arts. 76 e 79 da Lei n.º 4.320/64 e arts. 43 e 44 da Lei n.º 2.423/96;
 - 10.2.2. Restrição 02 da DICA-AM, inerente à ausência do Relatório e Certificado de auditoria, com parecer de dirigente do Controle



ACÓRDÃO Nº 779/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- Interno, violando o disposto na Lei 2.423/96, art. 10, inciso III e a Resolução n.º 04/2002-TCE, art.184, parágrafo 2.º, inciso III;
- 10.2.3.** Restrição 04 da DICA-AM, inerente à violação das características da confiabilidade, fidedignidade e visibilidade da contabilidade do setor público, descumprindo o item 4, letras 'c', 'd' e 'm' da Resolução CFC nº 1.132, de 21/11/2008 (NBCT 16.5);
- 10.2.4.** Restrição 09 da DICA-AM, inerente à não comprovação de regularidade fiscal do contrato analisado, descumprindo o art. 195, §3º da Constituição Federal; dos art. 27, inciso IV, art. 29, incisos III e IV e art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93; e dos art. 47, I, 'a' da Lei nº 8.212/91;
- 10.2.5.** Restrição 11, item 'c' da DICA-AM, inerente à não comprovação de regularidade fiscal do contrato analisado, descumprindo o art. 195, §3º da Constituição Federal; dos art. 27, inciso IV, art. 29, incisos III e IV e art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93; e dos art. 47, I, 'a' da Lei nº 8.212/91;
- 10.2.6.** Restrição 11, item 'd' da DICA-AM, inerente à ausência da figura do fiscal do contrato, descumprindo o art. 58, inciso III; art. 67 e 112 da Lei nº 8.666/93;
- 10.2.7.** Restrição 11, item 'e' da DICA-AM, inerente à ausência de parecer técnico/jurídico, descumprindo o art. 38, inciso VI da Lei nº 8.666/93;
- 10.2.8.** Restrição 12, item 'a' da DICA-AM, inerente à ausência de parecer técnico/jurídico, descumprindo o art. 38, inciso VI da Lei nº 8.666/93;
- 10.2.9.** Restrição 12, item 'b' da DICA-AM, inerente à não comprovação de regularidade fiscal do contrato analisado, descumprindo o art. 195, §3º da Constituição Federal; dos art. 27, inciso IV, art. 29, incisos III e IV e art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93; e dos art. 47, I, 'a' da Lei nº 8.212/91;
- 10.2.10.** Restrição 12, item 'd' da DICA-AM, inerente à ausência da figura do fiscal do contrato, descumprindo o art. 58, inciso III; art. 67 e 112 da Lei nº 8.666/93;
- 10.2.11.** Restrição 15 da DICA-AM, inerente ao exercício de funções de confiança por servidores não ocupantes de cargos efetivos, descumprindo o art. 37, inciso V da Constituição Federal;
- 10.2.12.** Restrição 17 da DICA-AM, inerente ao acúmulo inconstitucional de cargos públicos, descumprindo o art. 37, inciso XVI da Constituição Federal;
- 10.2.13.** Restrição 18, item 'a' da DICA-AM, inerente à ausência do levantamento periódico dos bens moveis e imóveis, descumprindo o art. 96 da Lei nº 4.320/64;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 779/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Determinar à Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA que, no prazo de sessenta dias contados da ciência do presente acórdão:

10.3.1. Dispense das funções de confiança os servidores não ocupantes de cargos efetivos, nos termos do art. 37, inciso V da CR/88;

10.3.2. Apure eventual acúmulo ilegal de cargos públicos dos servidores Ana Izabel Barbosa da Silva, Alcian Pereira de Souza, Erivaldo Lopes do Vale e Jaqueline de Souza Guimas, tomando as medidas legais aplicáveis no caso de confirmação da ilegalidade. O descumprimento dessas determinações poderá ensejar na abertura de Tomada de Contas Especial (RI-TCE-AM, art. 195) para apuração de pagamentos de despesas ilegais, com consequente reparação de danos ao Erário;

10.4. Dar ciência ao Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA, sobre o decidido.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Agosto de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral